

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9

PREFÁCIO À EDIÇÃO PORTUGUESA, DE 1998 13

RAZÕES INTRODUTÓRIAS 19

1 • PERCURSOS

Correio Braziliense 32

Absolutismo e resistência 43

Liberdade que vem, que vai... 47

Dores da Independência 53

Pasquins e imprensa de qualidade 60

Liberdade e progresso 64

No Brasil, vocação empresarial 68

Matrizes diferentes 71

Censura salazarista 73

Truculência e autocensura 85

Jornais e revoluções 98

2 • FORMAS DISCURSIVAS

Objetivos e pressupostos 108

Periodização e amostra 112

Evidências 119

Novas formas de Relato 137

3 • EQUÍVOCOS

Origens 142

Ilusão da objetividade 145

Escola espanhola 149

Proposta brasileira 154

Revelações da práxis 159

4 • DISCURSO EM DOIS GÊNEROS

Conexões teóricas 166

Razões da cultura jornalística 174

Nova proposta 176

5 • VARIAÇÕES LUSÓFONAS

(estudos comparativos)

Projeto 184

Critérios 186

Comparações entre jornais 189

Comparações entre suplementos 198

Conteúdos não-jornalísticos 205

Explicações 208

a) Sobre o tom argumentativo da reportagem portuguesa 208

b) Sobre o colonismo no Brasil 211

6 • ALGUMAS IDÉIAS, EM FORMA DE POSFÁCIO 221

BIBLIOGRAFIA 233

PREFÁCIO

Gêneros discursivos no jornalismo impresso

É UMA GRATA TAREFA PREFACIAR a obra do professor Manuel Carlos Chaparro, desta vez, para publicação no Brasil. Grata tarefa primeiramente por remeter-me aos contatos na Escola de Comunicações e Artes da USP, onde estive várias vezes participando de bancas examinadoras na pós-graduação, ocasiões em que tive a oportunidade de acompanhar a seriedade e o rigor de seu trabalho acadêmico – quer na argüição, quer na orientação de pós-graduandos. Em segundo lugar, pela relevância de sua obra quanto à temática proposta para reflexão. Sua pesquisa trabalha comparativamente com dados coletados na imprensa escrita portuguesa e brasileira desde o seu surgimento, e, especificamente, a partir de 1945, cobrindo um largo período da história do jornalismo diário dos dois países.

A obra tem como eixo temático a reflexão em torno da problemática das formas discursivas praticadas pelo jornalismo impresso diário em Portugal e no Brasil. Propõe, portanto, reflexões de caráter conceitual sobre os gêneros jornalísticos alicerçados em dados empíricos coletados na imprensa escrita. Oferece, ainda, ao leitor procedimentos de pesquisa sobre como fazer jornalismo comparativo.

As reflexões teóricas sobre gêneros jornalísticos partem de um posicionamento crítico do autor em relação ao esquema tradicional que reconhece, de um lado, as subespécies balizadas pela Informação e, de outro, as balizadas pela Opinião. Essa polarização das formas discursivas em Informação/Opinião ou Relato/Comentário, de longa tradição na história do jornalismo, tem seu paralelo nos estudos da linguagem. Na lingüística mo-

derna, é pioneiro o estudo de Émile Benveniste¹ sobre os pronomes e verbos no sistema gramatical francês como índices formais da subjetividade/objetividade, o que o leva a reconhecer duas classes de manifestações discursivas da linguagem: a) a enunciação histórica em que se apagam os índices formais de qualquer manifestação do sujeito e o efeito de sentido buscado com essa estratégia é a objetividade dos fatos que se apresentam como “se narrassem por si mesmos”; b) a enunciação discursiva em que índices formais da língua (de pessoa, de ostensão, de temporalidade, espacialidade...) de que o locutor se apropria e por meio dos quais enuncia sua posição e desvela sua subjetividade.

As pesquisas de Émile Benveniste serviram de inspiração para outros estudiosos como Harald Weinrich,² que trabalha os conceitos de mundo do Relato e mundo do Comentário aplicando-os em textos de língua francesa para mostrar que o sistema temporal dos verbos nessa língua, do ponto de vista discursivo, não serve só para indicar tempo cronológico, mas posicionamentos do enunciador ante o objeto de sua fala, caracterizando a situação comunicativa como Relato ou como Comentário. No contexto brasileiro, Ingedore Koch³ trata também desses conceitos aplicando-os em textos de língua portuguesa.

Mas a linguagem em suas manifestações concretas, isto é, flagrada no uso que se faz dela, escapa, como diz apropriadamente o professor Manuel Carlos Chaparro, às classificações, às tipificações acadêmicas pela sua complexidade, heterogeneidade. Para além

1 *Problemas de lingüística geral* (1966). Trad. M. G. Novak e L. Neri. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Edusp, 1976, p. 247-84.

Problemas de lingüística geral III (1974). Trad. Eduardo Guimarães *et alii*. Campinas: Pontes Editores, p. 81-90.

2 *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje* (1964). Trad. F. Latorre. Madri: Gredos, 1968, p. 61-94.

3 *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984, p. 37-48.

das polarizações, das dicotomizações, o que temos é uma variedade de formas discursivas em que a subjetividade do locutor se faz marcar de forma mais evidente ou de forma mais sutil, ou mesmo se apagando com vistas a construir um simulacro da objetividade.

Isso porque, como reconhece o professor Chaparro, toda linguagem é atravessada por índices de valoração, crenças, ideologia. Não há linguagem neutra, pois não há ideologia sem sujeito – e, por extensão, não há discurso sem uma perspectiva, um ponto de vista, um recorte do real assumido por um sujeito. O sujeito é um ser histórico, determinado pelas circunstâncias sociais, culturais, políticas do espaço e tempo em que vive.

Nesse sentido, o jornalismo é o tipo de discurso que retrata exemplarmente essa inserção histórica do enunciador no seu tempo e no seu espaço; como diz Chaparro, o jornalismo é “uma crônica da atualidade”, o que faz de seu discurso “o discurso de sujeitos da atualidade”.

Dessa forma, justificam-se teórico-metodologicamente os percursos da obra. A partir de um conceito de linguagem, entendida na sua heterogeneidade, opacidade e agenciada por um sujeito marcado pela historicidade, pelo sistema de crenças, pela ideologia do seu grupo social, o discurso do jornalismo situa-se para além das amarras de uma classificação de formas de dizer assentada simplesmente na dicotomia Relato × Comentário ou Informação × Opinião. Ao propor pensar a questão dos gêneros jornalísticos sob outra perspectiva – na vertente discursivo-pragmática, – o trabalho do professor Chaparro vem enriquecer as pesquisas sobre gêneros jornalísticos e abre horizontes para perceber, compreender e acolher as novas formas de dizer que emergem e continuarão a emergir para atender às novas necessidades expressivas impostas pelo desenvolvimento e dinamicidade da vida moderna. Sua pesquisa

assinala, por exemplo, o surgimento e a expansão de espécies de gêneros utilitários ligados a uma lógica de mercado, de novas espécies publicitárias, de *releases* etc. como manifestações de um novo tempo com novas demandas; por outro lado, fatos como a presença dos resumos didáticos nas reportagens, o reconhecimento da coluna como um gênero híbrido na imprensa brasileira e a constatação do caráter mais argumentativo dos textos da imprensa portuguesa nos diferenciam e dão às práticas discursivas jornalísticas de cada país sua identidade, apesar da língua comum.

Esse trabalho de reconceitualização das formas de dizer jornalísticas desenvolve-se apoiado em dados empíricos retirados de jornais da grande imprensa portuguesa e brasileira. Num trabalho de fôlego, os dados são quantificados, comparados e interpretados. Faz-se uma espécie de estudo diacrônico dos gêneros jornalísticos ao mesmo tempo que se projetam, cronologicamente, os fatos marcantes que possibilitaram aqui e além-mar o surgimento da imprensa escrita e a evolução da linguagem jornalística, flagrando no movimento da história o comportamento dessa imprensa em momentos de abertura e também de fechamento político quando de frente com a censura.

É uma leitura recomendada tanto a especialistas quanto a estudantes de comunicação e leitores em geral. Embora se trate de uma pesquisa acadêmica com o rigor da coleta de dados na imprensa dos dois países, com os minuciosos levantamentos estatísticos e a discussão teórica sobre gêneros jornalísticos, há na obra uma preocupação didática que se expressa na linguagem clara, concisa, permitindo uma leitura que flui de forma agradável.

Helena Nagamine Brandão

Professora titular em Letras na Universidade de São Paulo

PREFÁCIO À EDIÇÃO PORTUGUESA, DE 1998

Um estudo pioneiro de jornalismo comparado

JORNALISMO COMPARADO É, forçosamente, viagem intercultural. No caso deste livro, destina-se a identificar “percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro”. O roteiro do viajante – quase diria, do combatente – está inscrito na própria biografia de Manuel Carlos Chaparro, jornalista português e brasileiro, doutor em Ciências da Comunicação e professor de Jornalismo na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

A atividade jornalística de Carlos Chaparro começa em Portugal, na qualidade de editor do jornal *Juventude Operária*, intimamente ligado à militância na JOC, orientada – como ele próprio relata – para “a educação e mobilização dos jovens trabalhadores portugueses, numa perspectiva libertadora que se opunha à ditadura salazarista”.

No jornalismo profissional, participa, no limiar dos anos 1960, na experiência marcante do *Diário Ilustrado*. Mais tarde, radica-se no Brasil. Trabalha, de início, na imprensa católica regional, sendo mais tarde repórter, editor e comentarista em jornais e revistas de grande circulação, entre os quais *Jornal do Commercio* (Recife), *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Brasil* e *Folha de S.Paulo*, além das revistas *Visão* e *Mundo Econômico*.

A par da carreira profissional, segue um percurso acadêmico, tendo efetuado a licenciatura (1982), o mestrado (1987) e o doutorado (1993) em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Professor do curso de Jorna-

lismo desde 1984, dedica-se, atualmente, em tempo integral, ao ensino e à pesquisa da atividade, na qualidade de professor associado da Universidade de São Paulo. Entre 1989 e 1991 foi presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), a principal sociedade científica brasileira na área da Comunicação Social.

Comecei pela biografia do autor porque o objeto de estudo que deu origem a este livro não é alheio a este percurso de vida disperso por Portugal e pelo Brasil. O tema do livro constitui opção assumida por alguém que sentiu na pele a distância e o alheamento – se abstrairmos do fenômeno midiático e unilateral da telenovela – entre dois países que tudo deveriam fazer convergir na promoção dos aspectos comuns da língua e da cultura.

“Mesmo que, por opção ou inércia, se ignorem ou se desprezem, os ambientes jornalísticos dos dois países têm entre si um vínculo vital de solidariedade: a língua portuguesa, que usam para existir e para atuar”, escreve Carlos Chaparro. Este livro é sua contribuição para estabelecer, no campo específico do jornalismo, o elo entre os dois lados do Atlântico que o idioma comum deveria aproximar.

Mais do que reavivar a retórica oficiosa luso-brasileira, valem iniciativas e projetos concretos. O programa subjacente a este trabalho consiste, afinal, em combater a inércia e o distanciamento, por meio de projetos que nos permitam refletir em conjunto sobre as questões – tão semelhantes e tão diferentes – da área da Comunicação.

O jornalismo português e brasileiro, reconhece Manuel Carlos Chaparro, “desconhecem-se reciprocamente”. Mas os anos 1990 foram, neste aspecto, tempo de mudança. Diversas iniciativas no plano profissional e acadêmico marcaram a abertura de

novos caminhos. Os Congressos Internacionais de Jornalismo – realizados no Porto (1994), no Rio de Janeiro (1994) e em Lisboa (1997) – significaram avanços significativos no intercâmbio entre os profissionais dos dois países, enquanto no plano acadêmico se registraram diversas iniciativas de cooperação interuniversitária. Este livro é, também, um sinal de novos tempos no relacionamento entre a comunidade profissional e acadêmica de Portugal e do Brasil.



Manuel Carlos Chaparro compara as estruturas empresariais da imprensa brasileira e portuguesa: de um lado, o gigantismo das empresas jornalísticas brasileiras; de outro, a dimensão quase liliputiana do jornalismo escrito português.

Da análise efetuada resulta a preponderância dos critérios de mercado nos conteúdos do jornalismo brasileiro, enquanto no caso português a mediação profissional possui maior força: “No Brasil não existem conselhos de redação, nem estatutos editoriais, nem negociações sobre quem vai ser o próximo diretor. A lógica e as razões do mercado impõem-se ao jornalismo diário brasileiro, para lhe garantir sucesso”.

Em Portugal, pelo contrário, o “pólo intelectual” e os critérios de avaliação internos – para recorrer à terminologia de Bourdieu – “tentam manter-se como razões hegemônicas, nas interações com as razões do negócio”. Embora não desenvolva o tema, Carlos Chaparro entende que em Portugal a lógica do mercado tenderá igualmente a ganhar terreno, embora ressalve que “talvez um intercâmbio responsável entre o jornalismo brasileiro e o português pudesse ensinar a elaborar aperfeiçoamentos recíprocos”.

A problemática dos “gêneros jornalísticos” está no centro desta investigação que prolonga trabalhos anteriores de Carlos Chaparro no domínio da “pragmática do jornalismo”. O autor questiona os fundamentos teóricos da velha “convenção”, de origem anglo-americana, que divide o jornalismo em gêneros de Informação e gêneros de Opinião – “espécie de matriz que há quase três séculos regula convicções conceituais que organizam e explicam o jornalismo”.

Percorre e critica classificações de gêneros jornalísticos de diversos autores – em especial, espanhóis e brasileiros – para concluir que não é pertinente “explicar e entender a ação discursiva do jornalismo” na base dessa dicotomia tradicional, visto que “as fronteiras entre Opinião e Informação são destruídas pela inevitabilidade da valoração jornalística, por sua vez influenciada pela interferência interessada e legítima dos vários sujeitos do processo, tanto no relato quanto no comentário da atualidade”.

Inspirando-se nos contributos de Teun van Dijk, o autor propõe o enquadramento dos gêneros jornalísticos em “esquemas narrativos” (o Relato dos acontecimentos) e “esquemas argumentativos” (o Comentário dos acontecimentos). Uma terceira categoria, denominada “esquemas práticos”, engloba as informações de serviços (cotações da bolsa ou movimento de navios). Todas as demais “formas de expressão” seriam declinações dessas categorias fundamentais.

No entender do autor, esta separação entre tipos textuais não equivale ao binômio “Opinião × Informação”. Opiniões e Informações estão presentes em todos os “gêneros jornalísticos”. Além disso, questiona o acento normativo colocado nessa linha de fronteira, visto que “até a notícia dita objetiva, construída com informação ‘pura’, resulta de seleções e exclusões deliberadas, controla-

das pela competência jornalística de fazer escolhas por critérios de importância e valor – um exercício opinativo, portanto”.

É a partir deste modelo conceitual que Carlos Chaparro parte para sua viagem em torno dos gêneros jornalísticos no jornalismo português e brasileiro. Do lado brasileiro, estudou a *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*. Do lado português, o *Jornal de Notícias*, o *Público*, o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã*.

Em seu percurso pelo jornalismo brasileiro, o autor detecta o surgimento de “espécies” que correspondem a “novos horizontes de expectativas” dos leitores e a “novos modelos de escrita” para os jornalistas. Ousa mesmo batizar de “reportagem especulativa” uma nova forma de expressão, que seria produto das interações políticas da democracia e da “circulação de informações em *off-the-record*”. Neste caso, o repórter desvenda “jogos de bastidores da cena política sem a citação de fontes explícitas, o que dá ao texto tom e desenvolvimento especulativos, ou seja, sem o apoio de evidências sólidas, o que contraria a velha norma de, por causa da credibilidade, só se divulgar informação que possa ser comprovada e confirmada”.

Das conclusões do estudo, ressalta a idéia de que “as formas discursivas da imprensa diária brasileira são mais diversificadas e mais numerosas do que as da imprensa diária portuguesa”. As “espécies práticas” surgem igualmente em maior abundância no Brasil. Os jornais portugueses seriam mais “argumentativos” que os brasileiros, o que se concretizaria na forte presença de “artigos” e no “tom argumentativo da reportagem” – isto constitui “uma das diferenças mais interessantes do jornalismo diário português, em relação ao brasileiro”. Menos ousado que o brasileiro, o jornalismo português “manifesta cuidados deontológicos mais rigorosos”.

As análises e interpretações do autor, além de retomar a eterna querela dos “gêneros jornalísticos” – formas de expressão difusas e mutantes, que tendem sempre a escapar às “grelhas” do analista –, lançam o debate sobre as grandes opções do jornalismo em Portugal e no Brasil. Não cabe ao prefaciador abrir a discussão. Cumpre-lhe apenas alertar o leitor para a seriedade, o mérito e o pioneirismo do trabalho encetado por Manuel Carlos Chaparro, que marca uma linha de rumo e lança desafios à comunidade científica e jornalística d’aquém e d’além Atlântico.

Mário Mesquita

RAZÕES INTRODUTÓRIAS

A DECISÃO DE COMPARAR as formas discursivas da imprensa diária de Portugal e do Brasil, estudo que resultou neste livro, tinha uma razão acadêmica, primordial: a de realizar estudos, ancorados nas ciências da linguagem, para propor uma nova discussão sobre a teoria dos gêneros jornalísticos, tendo em vista a superação do falso paradigma que divide o jornalismo em Opinião e Informação.

A discussão tem raízes de três séculos. E os percursos do tempo nos remetem a 1702, ano de nascimento do jornal inglês *The Daily Courant*, cuja história haveremos de contar mais adiante. Mas desde já se deve dizer que o *Courant* tem espaço relevante na história da imprensa mundial não apenas por ter sido o primeiro diário de natureza política do planeta, mas, também, por causa da inovação de linguagem criada por Samuel Buckley, seu diretor. Mesmo sem tal intenção, Buckley introduziu no jornalismo o conceito da objetividade, tornando-se o primeiro jornalista a preocupar-se com o relato preciso dos fatos. Decidiu que as notícias deviam ser tratadas como notícias, sem comentários.

Para que assim fosse, Buckley criou uma estratégia e um estilo que influenciariam todo o jornalismo mundial: separou as notícias dos artigos – *news* de um lado, preponderantes; *comments* de outro, para não “contaminar” as informações, porque “os leitores são capazes de refletir por eles próprios” (Tengarrinha, 1989, p. 215).

O *Daily Courant* pode não ter conseguido o sucesso pretendido por Buckley. Naquela época, o artigo predominava nas formas do texto jornalístico. E assim permaneceu até meados do século XIX, quando, depois da invenção do telégrafo e com o início de sua utilização pelas agências noticiosas, a notícia surgiu e cresceu

em seu formato moderno, como forma de relato dos fatos. Deve-se, porém, reconhecer e valorizar a contribuição dada por Buckley e por seu jornal à evolução do jornalismo – não por causa da impossível separação entre Opinião e Informação, mas devido à eficácia resultante do rigor dos conteúdos e da clareza pedagógica que acontece na organização de textos e espaços, quando se separam os artigos (Comentários) das notícias (Relatos).

O que Samuel Buckley propôs e fez não foi separar a Informação da Opinião. Ele fez, sim, a separação dos dois grandes esquemas que organizam e expressam o discurso jornalístico: o esquema da argumentação, eficaz para os Comentários; e o esquema da narração, eficaz para o Relato noticioso dos fatos da atualidade. Ambos nutridos por Informações e Opiniões – inclusive as opiniões subjetivas dos jornalistas narradores que, por dever do ofício e da arte de narrar, têm de escolher, decidir e pôr em evidência os fatos mais importantes.

E disso trata primordialmente o livro.



Mas, para o projeto de pesquisar e comparar as classes de texto que expressam o discurso na imprensa diária de Portugal e do Brasil, o estímulo decisivo veio da convicção de que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em construção, pode e precisa ser beneficiada por contribuições de natureza acadêmica.

Mesmo que, por opção ou inércia, se ignorem ou se desprezem, os ambientes jornalísticos dos dois países têm entre si um vínculo vital de solidariedade: a língua portuguesa, que usam para existir e atuar. Logo, são mais do que sistemas particulares de informação da atualidade, pois a língua comum constitui o ma-

crossistema cultural que os integra. E, se assim é, as particularidades produzidas pela história e pela vida nas respectivas realidades não de manifestar-se em semelhanças e diferenças, divergências e convergências, aproximações e distanciamentos que aos dois lados interessa conhecer.

Mais de 200 milhões de pessoas falam a língua portuguesa, formando uma comunidade de oito países. O português é a sétima língua mais falada no mundo, terceira no Ocidente, depois do inglês e do espanhol. Está na Europa, nas Américas, na África, na Ásia, continentes onde se localizam os países que integram a comunidade lingüística. Também é falado, com significação cultural, em países como os Estados Unidos, o Canadá, a Inglaterra, o Japão, a Alemanha, a França, a África do Sul, a Venezuela e vários outros, especialmente na Europa e na América Latina, aonde a língua portuguesa foi levada pelos fluxos migratórios de povos que a têm como idioma, especialmente portugueses e brasileiros. E onde vivem, a usam, conservam e irradiam, na intimidade familiar e nas malhas sociais que dão identidade e vida cultural às colônias imigrantes.

Com a língua, espalhou-se pelo mundo a matriz cultural cunhada pela saga quinhentista dos navegadores portugueses. Depois, a história e o tempo produziram civilizações particulares. Mas, ao preservarem a língua portuguesa, essas civilizações particulares conservaram o traço fundamental da origem comum. E isso as une.



Ocorreu no Brasil, em 1989, o evento que talvez possa ser considerado a ação geradora da Comunidade dos Países de Lín-

gua Portuguesa. Por iniciativa do então presidente José Sarney, realizou-se em São Luís, no Maranhão, a primeira cimeira dos chefes de Estado e de governo do Brasil, de Portugal e dos países africanos de língua oficial portuguesa. No encontro foi aprovado o ato constitutivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa,¹ com os seguintes objetivos:

- a) defender a língua portuguesa, no pressuposto de que se trata de patrimônio comum dos países e povos que a utilizam como língua nacional ou oficial;
- b) fomentar o enriquecimento e a difusão do idioma como veículo de cultura, educação, informação e de acesso ao conhecimento científico e tecnológico;
- c) promover o desenvolvimento das relações culturais entre todos os países e povos que utilizam o português;
- d) encorajar a cooperação, a pesquisa e o intercâmbio de especialistas nos campos da língua e da cultura;
- e) preservar e difundir o Acordo Ortográfico já assinado pelos sete países (Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e em curso de ratificação.

A aproximação oficial dos países de língua portuguesa, lembra um documento editado pela Embaixada do Brasil em Portugal,² dava-se no momento histórico em que, superadas as divisões produzidas pela lógica da Guerra Fria, novas configurações internacionais surgiam, num quadro de “crise global de transição”, balizada pelos valores da democracia. A solidariedade e os

1 O Instituto Internacional de Língua Portuguesa continua a existir e tem sede rotativa. Atualmente, está sob a presidência de Angola – mas com sede em Praia, capital de Cabo Verde.

2 “A comunidade dos países de língua portuguesa”, Lisboa, Embaixada do Brasil, 1994.

compromissos entre países passaram a ser determinados pelos interesses comuns e pelas razões geográficas ou culturais de aproximação, facilitadoras da definição e da aceitação de objetivos afins. Novas coligações adquiriam visibilidade como “entes internacionais”, entre elas a União Européia, o Mercosul e a Comunidade para o Desenvolvimento dos Países da África Austral, em relação às quais a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) representaria um espaço de interseção.

A proposta de criação da CPLP surgiu pouco depois da entrada em vigor da União Européia, ocorrida a 1^o de janeiro de 1993. Nesse mês, José Aparecido de Oliveira foi designado embaixador do Brasil em Lisboa. Em março, ele encaminhou ao presidente Itamar Franco a proposta de criação da CPLP. O presidente brasileiro acolheu a idéia e submeteu a proposta, por carta, aos presidentes dos outros seis países da comunidade linguística. Todos apoiaram a iniciativa e assumiram compromissos para viabilizá-la.

Com a participação de delegações representativas dos sete países, houve um período de reflexão construtora, com a realização de cinco mesas-redondas – Rio de Janeiro (outubro de 1993), Lisboa (dezembro de 1993), Luanda (janeiro de 1994), Praia (junho de 1994) e Brasília (outubro de 1994). Entretanto, no plano diplomático, os entendimentos formalizaram-se na reunião de ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros, em fevereiro de 1994, da qual resultou a formação de um Grupo de Concertação Permanente, com base em Lisboa. Formado pelos embaixadores dos seis países da comunidade então acreditados com o governo português e por um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, esse grupo preparou toda a documentação fundadora da CPLP.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi oficialmente criada durante a cimeira de chefes de Estado e de governo realizada em Lisboa, no dia 17 de julho de 1996. A declaração fundadora, assinada pelos sete presidentes da República, define a CPLP em torno de dezessete objetivos, que, ao tornarem-se compromissos nacionais, deveriam significar rumos de opções e ações também para o jornalismo. Eis alguns deles:

- contribuir para o reforço dos laços humanos, da solidariedade e da fraternidade entre todos os povos que têm a língua portuguesa como um dos fundamentos de sua identidade específica [...];
- incentivar a difusão e o enriquecimento da língua portuguesa [...];
- incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística, no espaço da língua portuguesa;
- estimular o desenvolvimento da cooperação interparlamentar;
- desenvolver a cooperação econômica e empresarial;
- incentivar a cooperação [...] para a proteção e a preservação do meio ambiente nos países-membros, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável;
- promover medidas [...] para a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia;
- promover e incentivar medidas que visem à melhoria efetiva das condições de vida da criança e seu desenvolvimento harmonioso;
- promover a implementação de projetos de cooperação para reforçar a condição social da mulher;
- incentivar e promover o intercâmbio de jovens, [...] principalmente no âmbito do ensino, da cultura e do esporte;

- dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, incluindo a formação profissional e a investigação científica e tecnológica, “com vistas a uma crescente valorização dos recursos humanos”.



Deveria estar no cenário da imprensa uma face cultural das mais significativas da CPLP. A realidade do mundo da língua portuguesa, com tudo que tem e acontece, e tudo que lhe falta e deixa de acontecer, está, ou deveria estar, no relato e no comentário jornalístico de cada país. Porém, o tratamento jornalístico meramente local das problemáticas e temáticas nacionais, mesmo que tenha qualidade, não é suficiente para os objetivos da comunidade nem contribui para construí-la. É indispensável que haja circuitos e fluxos interativos, de trocas, intercâmbios, complementações, para a elaboração de contextos comuns. Mas só se alcançará esse estágio se em cada parcela nacional do jornalismo de língua portuguesa houver atitudes ostensivas de busca, apreensão, compreensão e difusão da atualidade e da universalidade dos povos de língua portuguesa. E sobre o jornalismo de Portugal e o do Brasil recaem responsabilidades particulares, maiores, exatamente, por serem os que mais poderiam fazer.

A indiferença que ambos, em especial por parte do jornalismo do Brasil, cultivam em relação à realidade da comunidade linguística, da qual participam, começa por seu distanciamento. O jornalismo brasileiro e o jornalismo português desconhecem-se reciprocamente. Não há, jamais existiram, relações significativas entre eles, nem profissionais nem acadêmicas. Na perspectiva histórica, os movimentos de definição, nos dois principais pólos

do jornalismo lusófono, resultaram de afastamentos culturais – Portugal atraído pela irreversibilidade dos horizontes europeus; o Brasil, pelo brilho do sucesso e das doutrinas americanas.

A exceção, indicadora de novas possibilidades de intercâmbio, deu-se na realização dos Congressos Internacionais do Jornalismo de Língua Portuguesa. O primeiro congresso aconteceu na cidade do Porto, em 1992, promovido pelo *Jornal de Notícias* e pelo Ateu do Porto. Em 1994 realizou-se o segundo congresso, desta vez no Rio de Janeiro, organizado pela revista *Imprensa*. Em 1997, Lisboa foi sede do terceiro congresso, sob a responsabilidade do Observatório da Imprensa, de Portugal.

Abertos a jornalistas, empresários, professores e pesquisadores, os congressos tiveram, em média, 250 participantes, com delegações de todos os países da comunidade lingüística, mais numerosas as de Portugal e Brasil. Mas houve participação significativa de jornalistas dos países africanos de língua portuguesa, especialmente nos congressos do Rio de Janeiro e Lisboa.

Não existem memórias escritas desses congressos. Nos realizados no Rio de Janeiro e em Lisboa, entretanto, as representações sindicais presentes divulgaram declarações com idéias e propostas em torno das quais foi possível chegar a convergências.

A “Declaração de Lisboa”, por exemplo, propunha a criação de um Comitê de Jornalistas de Língua Portuguesa de Solidariedade ao Povo de Timor-Leste; a criação de um programa de rádio e uma página na internet com informações das entidades sindicais dos jornalistas dos sete países; a implementação de programas e projetos de formação profissional, qualificação e reciclagem, com estratégias de cooperação entre as sete entidades sindicais; a realização de um encontro específico das entidades sindicais dos sete países, com apoio de entidades internacionais; e a concretização

de iniciativas de parceria e cooperação entre sindicatos e universidades, em especial com os cursos de Jornalismo.

Entre os dois últimos congressos, surgiram duas iniciativas, as únicas conhecidas, motivadas por objetivos de integração dos povos de língua portuguesa e de cooperação entre eles. Ambas se devem à vocação pioneira da Oboré Projetos Especiais e ao idealismo teimoso do seu diretor, o jornalista Sérgio Gomes.³

Primeira iniciativa: ao ser inaugurada, no dia 25 de janeiro de 1995, pouco depois do congresso do Rio de Janeiro, a sede da empresa já reservava um espaço físico, equipado com computadores, telefone, fax e acesso à internet para a criação de um Centro de Imprensa dos Países de Língua Portuguesa, de atendimento e apoio a jornalistas de outros países da comunidade lusófona, quando estivessem em São Paulo.

Segunda iniciativa: também no congresso do Rio de Janeiro, Sérgio Gomes lançou a idéia do “Projeto Enlace”, para realizações de intercâmbio cultural, e assumiu o compromisso de lhe dar vida. O primeiro produto dessa idéia, lançado no congresso de Lisboa, foi o CD “O Mar”, de ótima qualidade na opinião da crítica, com músicas e artistas dos oito povos da língua portuguesa, Timor-Leste incluído.

Na fusão das duas idéias, o Centro de Imprensa integrou-se e passou a dar face material e simbólica ao “Projeto Enlace”, persistindo no tempo e no espaço da Oboré.

³ O nome “Oboré” (*o + boré*) incorpora o simbolismo do *boré*, corneta usada pelas tribos tupis para chamar, em situações de perigo, os índios dispersos. Em fevereiro de 1978, quando a sociedade civil brasileira tornava mais densa a luta organizada pela redemocratização, alguns jornalistas e artistas, incentivados e coordenados por Sérgio Gomes, reuniram-se na criação da empresa Oboré Editorial, para atuar na comunicação popular e democrática, tendo como principal campo de ação o jornalismo sindical. Em janeiro de 1995, também por iniciativa de Sérgio Gomes, deu-se um desdobramento do projeto e começou a existir a Oboré Projetos Especiais.

No plano acadêmico, um prelúdio aconteceu: em 1997, nos dias 18 e 19 de abril, realizou-se em Lisboa o I Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, iniciativa conjunta da – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e da Universidade Lusófona, instituição portuguesa. Foram apresentadas 45 comunicações, 35 das quais por pesquisadores brasileiros. Entre as comunicações brasileiras, quatro tratavam de jornalismo, duas delas sobre temas que, de alguma forma, envolviam perspectivas ou preocupações lusófonas.⁴

Quanto a estudos metodologicamente controlados sobre o jornalismo brasileiro em Portugal, ou sobre o jornalismo português no Brasil, ou sobre ambos, se existem, não foram divulgados.

Com duas exceções:

- 1) O livro de João Alves das Neves,⁵ sobre a história da imprensa de língua portuguesa no mundo, tem o mérito de reunir e organizar registros históricos disponíveis. É uma contribuição importante, mas não ultrapassa esses limites.
- 2) Um trabalho da professora brasileira Benalva da Silva Vitória, da Universidade Católica de Santos, sobre a maneira como a imprensa portuguesa noticia as coisas do Brasil.⁶

É pouco.



4 Desde 1997, os Encontros Lusófonos de Ciências da Comunicação realizam-se regularmente de dois em dois anos, em rodízio entre os países que têm associações nacionais de pesquisadores na área de Ciências da Comunicação.

5 João Alves das Neves, *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*. Lisboa: Direção Geral de Comunicação Social, 1989.

6 Benalva da Silva Vitória, *A imagem do Brasil na imprensa portuguesa*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1974.

Investigar comparativamente as formas discursivas do jornalismo diário do Brasil e de Portugal pode não ser a melhor maneira de motivar aproximações e interações. Mas, como as formas do discurso carregam e expõem elementos de identidade, torna-se possível, estudando-as e comparando-as, produzir revelações significativas, como, por exemplo, a de que a reportagem do atual jornalismo diário português de referência diferencia-se da reportagem brasileira pelo acentuado tom argumentativo que assume, ao relatar acontecimentos.

Depois de concluída a pesquisa comparativa, algumas conclusões ficaram evidentes – como a do viés argumentativo do relato jornalístico na imprensa portuguesa. Ao produzir a evidência, produziu-se, também, a perplexidade: para que serve uma revelação dessas se a ela não puderem ser atribuídos significados? Por que existe esse tom argumentativo? Que tradição ou inovação está atrás dele? – e a cadeia de perguntas continuou, em busca de respostas para as quais a pesquisa empírica nem hipóteses permitia formular.

Havia, portanto, de procurar as respostas onde elas pudessem estar. Na história, provavelmente. Porque só a história guarda e preserva, além dos fatos, o conhecimento sobre eles, ou seja, os saberes organizados que explicam a evolução das coisas ao longo do tempo. Era preciso encontrar aquilo que os historiadores chamam de **historial** – “o conjunto dos fatos acontecidos, que têm ou tiveram certa significação ou influência sobre uma coletividade humana”, na definição de Mário Ferreira dos Santos (1963, p. 714).

Talvez não tenhamos chegado às elucidações que nos faltavam para a atribuição de significados aos contrastes, às contradições, às diferenças e às semelhanças que afastam ou aproximam

a imprensa diária dos dois países irmãos, no que se refere aos gêneros jornalísticos ou, como prefiro dizer, às formas discursivas predominantes. Mas, como a história sempre ajuda a elaboração de explicações, comecemos por ela.

O autor